



ofertar linhas especiais para regiões mais distantes dos locais de votação, não se aplicando, nesses casos, o disposto no caput.” (NR)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei busca **fortalecer a participação popular na festa maior da democracia, fortalecer, enfim, a soberania popular**, mediante o fornecimento de transporte gratuito aos eleitores no dia das eleições, considerando que para muitos cidadãos brasileiros o custo financeiro para votar tem grande relevância no orçamento familiar, custo este maior que deixar de votar e pagar a respectiva multa junto à Justiça Eleitoral.

Por outro lado, a presente proposição resguarda a normalidade e a legitimidade do pleito em suas duas vertentes (art. 14, § 9º, da Constituição Federal). De fato, com a obrigatoriedade do transporte público gratuito no dia da eleição, esvazia fortemente o possível abuso do poder econômico por parte dos candidatos, na perspectiva da contratação particular para transporte de eleitores.

Ademais, o projeto coloca freios em eventual abuso do poder político de gestores públicos, pois o transporte, conforme consta expressamente no texto, necessita ser regular e gratuito, ou seja, no mesmo formato dos dias úteis de trabalho, sem aumento ou redução de rotas, sob pena de qualificar possível abuso de autoridade ou político, a ensejar a ação de investigação judicial eleitoral. Já nos casos de linhas especiais, não regulares, portanto, nos dias úteis de trabalho, o Poder Executivo deverá comunicar os lugares a serem atendidos antes do pedido de registro de candidatura.

Por fim, no julgamento da ADPF nº 1013, o Supremo Tribunal Federal referendou a liminar do Min. Roberto Barroso no sentido de que “*fica o Poder Público municipal autorizado a determinar (e as concessionárias ou permissionárias do serviço público a promover) a disponibilização gratuita do serviço de transporte público urbano coletivo de passageiros em dias de realização de eleições, inclusive com linhas especiais para regiões mais*



*distantes dos locais de votação. A autorização inclui a possibilidade de utilização, para os mesmos fins, de ônibus escolares e outros veículos públicos. Poderá o TSE expedir regulamentação sobre a matéria, se entender necessário”.*

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares, para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,        de        de 2023.

**Deputado Júlio César  
PSD/PI**

